

para um diálogo entre
a etnologia indígena
os estudos rurais e
os estudos urbanos

ALÉM DOS TERRITÓRIOS

ANA MARIA DE NIEMEYER
EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI
(ORGS.)

MERCADO
 LETRAS

*Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino de antropologia**

Ana Maria de Niemeyer

Introdução

É ainda hoje, nalguma grande cidade da província ou nalgum bairro de Paris que eu não conheço bem, quando um transeunte “que me mostra o caminho” me indica ao longe, como ponto de referência, uma torre de hospital, um campanário de convento a erguer a ponta da sua torre eclesiástica na esquina de uma rua que eu devo tomar, por pouco que minha memória lhe possa obscuramente encontrar algum traço de semelhança com a figura amada e desaparecida, se acaso o transeunte se volta para ver se não me perco, há de espantar-se ao me surpreender, esquecido do passeio ou da obrigação, ali parado diante da torre, horas e horas, imóvel, procurando lembrar-me, sentindo, no fundo de mim, terras reconquistadas ao esquecimento, que vão secando e delincando o seu perfil; e nesse instante, e mais ansiosamente do que ainda há pouco quando lhe pedia que me informasse, continuo a procurar o caminho, dobro uma rua... mas no meu coração...

(Marcel Proust, *No Caminho de Swann*)

* Neste artigo reproduzo, em conjunto com dados e reflexões inéditas, algumas discussões e um mapa (mapa 2) que já foram divulgados em um banco de dados internacional (Niemeyer, 1994a e b), em uma exposição itinerante (ibid., 1993) e em um *Texto Didático* (ibid., 1994a) que acompanha a exposição.

Agradeço os comentários de Emília Pietrafesa de Godoi.

Este belo texto introduz um dos temas deste artigo: processos mentais presentes na nossa procura de um caminho em um local desconhecido. Tanto neste caso, quanto na orientação diária através de espaços familiares, mobilizamos, como mostra o antropólogo Alfred Gell (1985),¹ os mesmos procedimentos cognitivos. O que há de comum entre eles é uma combinação lógica de diversos elementos, tais como imagens de paisagens já conhecidas arquivadas em nossa mente e avaliação do meio ambiente. Se a região a ser percorrida nos é familiar, reconstituímos locais já visitados anteriormente, prevendo, assim, de antemão o que iremos encontrar. Quando há uma consulta a mapas cartográficos os procedimentos utilizados são os mesmos, adicionados, porém, de uma decodificação de convenções cartográficas. Essas são, ainda, argumentações de Gell, o qual pretende demonstrar a semelhança entre processos mentais de orientação espacial de um nativo e de um estrangeiro que seguem um trajeto num mesmo local (ibid., p. 278).

Parte das propostas desse autor são elaboradas a partir da reflexão que faz sobre o que ocorreu em sua própria mente quando, ao planejar uma viagem na Índia, fez um mapa à mão livre — *artefactual map* (ibid., p. 276) — adaptando dados publicados no Serviço Oficial de Topografia e Cartografia — *Ordinance Survey of India* — (ibid., p. 277, fig. 1). Assim o fez porque acha que praticamente não conhecemos os processos mentais que nos tornam capazes de transformar informações contidas nesse tipo de documento (linhas esboçadas, cores etc.) em instruções do tipo “siga à esquerda e vire na primeira quadra...”, que visam a uma orientação prática (Gell, op. cit., p. 276).²

1. Os textos de Downs e Stea, N. Munn, A. Gell e Dan Sperber, citados neste artigo, foram traduzidos por mim.
2. Armando Silva (1992), em estudo sobre o imaginário urbano dos habitantes de Bogotá e São Paulo, distingue *cartografia física* de *cartografia simbólica*. A primeira, produto do trabalho de técnicos, respeita os limites político-administrativos de unidades territoriais e pretende ser um simulacro visual do objeto representado, é caracterizada pela linha contínua. A segunda é uma expressão de concepções sociais e simbólicas de grupos sociais e/ou de indivíduos a respeito de um território, não admitindo, portanto, cortes precisos, é caracterizada pela linha interrompida: graficamente tem a forma de croqui (ibid., pp. 59-60). Os mapas à mão livre de Gell e estes que discuto aqui são croquis. Downs e Stea usam, para este mesmo tipo de documento, o termo esboço de mapa — *sketch map* — (1977, p. 99) e, no mesmo sentido, Orlovic emprega “croqui” que explica ter o mesmo significado que *sketch* (1991, p. 13). Ver também em Darcy Ribeiro (1996) croquis feitos por ele para traçar o caminho percorrido por uma expedição (pp. 336, 301), para delimitar o território tribal dos Urubus-Kaapor (p. 338).

É com mapas iguais a esse elaborado e comentado por Gell que venho trabalhando em cursos dirigidos a um público iniciante em antropologia. Eles são desenhados em sala de aula com o objetivo de orientar uma pessoa para chegar em determinadas localidades na cidade onde ocorre o curso.³

Ao iniciar o exercício alguns esclarecimentos são passados para evitar confusão com testes psicológicos e para informar sobre os objetivos desse método. Assim indica-se que não se pretende obter algo bem desenhado e tampouco fiel à realidade, visto que tanto o mapeamento cognitivo quanto um de seus produtos, os mapas à mão livre, são seletivos e que “não existe uma correspondência total entre o meio ambiente espacial e sua representação mental” (Downs & Stea, 1977, p. 99). Essas precauções visam evitar uma ansiedade relacionada ao tipo de tarefa solicitada, pois como dizem Downs e Stea:

Muito da experiência pessoal (e portanto privada) está encapsulada em categorias de identidade, misturando memórias específicas de lugares, pessoas e tempos. A comunicação da experiência privada é hesitante e difícil. Muitos de nós não temos a fluência gráfica e verbal para nos explicarmos para os outros. Aquilo que é intensamente pessoal fica guardado na nossa memória, mas compartilhamos com os outros denominadores comuns sob a forma de categorias de equivalência. As categorias podem ser clichês amplos, faltando-lhes detalhes pessoais ricos, mas mesmo assim são um meio efetivo de comunicação [...]. As categorias são flexíveis e em mudança; cobrem o particular e o geral. Acima de tudo formam uma parte essencial do material bruto do mapeamento cognitivo (ibid., p. 119).

Explica-se além disso por que recorrer primeiro a desenhos de mapas e não diretamente a leituras. Relata-se que esse é um caminho que foi adotado inicialmente para ensinar a profissionais de fora da antropologia que solicitam cursos de curta duração para entrarem em contato com esta disciplina. Comenta-se que alguns impasses se colocam para transmitir certos conhecimentos para um público

3. Cursos nos quais já trabalhei com este método: na Unicamp em cursos para estudantes de artes e de ciências sociais (1986, 1992) e num curso experimental para profissionais que lidam com projetos educacionais para a pobreza urbana (1987/88); na SI: SBS de Curitiba em curso de especialização para técnicos em saúde pública (1987) e na PUC de Campinas em um curso de especialização para arquitetos (1993). Acervo de 204 mapas constituído após esses cursos.

de fora da área que não parte dos mesmos pressupostos que nós antropólogos: como ensinar, por exemplo, em poucas aulas os empréstimos que algumas correntes da nossa disciplina vêm fazendo da lingüística? ou, ainda, a especificidade da análise antropológica na questão da orientação espacial?

Uma solução, entre outras, para resolver essas dificuldades é a que está exposta e avaliada neste artigo: trabalhar com um dado elaborado pelos(as) estudantes em sala de aula, no caso mapas à mão livre.⁴

Após as primeiras experiências repeti o exercício em um curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia Social (1992). A idéia aqui foi, não só indicar para a classe alternativas de ensino dirigidas a um público de fora do campo antropológico, como também discutir com os(as) estudantes os procedimentos cognitivos acionados quando solicitamos aos(as) entrevistados(as) que façam mapas ou outro tipo de desenho.⁵ Neste caso estou testando sugestões de Leach (1978) que propõe introduzir teoria antropológica para alunos iniciantes através de dados da cultura destes(as). Assim alunos e alunas de nível universitário ou já fizeram croquis semelhantes para mostrar um caminho para alguém e/ou já entraram em contato com esse tipo de mapa em publicações que contêm mapas com indicações do caminho para se chegar ao local de eventos dos mais diferentes tipos. Quanto à leitura e uso de mapas de um modo geral, sobretudo os cartográficos, esses sujeitos estão familiarizados com essas práticas desde o início de sua escolarização. Mostrarei como essas intenções de trabalho com mapas em sala de aula vêm sendo realizadas, concentrando-me principalmente em dois temas:

- a) No primeiro, orientação espacial, destacarei o debate entre, de um lado A. Gell (op. cit. e 1986) e, de outro lado, os psicólogos cognitivos M. Blades e C. Spencer (1986) sobre o papel exercido na orientação espacial pela imagem e pelo ponto de referência.
- b) No segundo abordarei o foco lógico a partir do qual, ao desenhar temas sobre espaço, o sujeito define um espaço específico (Philippe Descola, 1986).

4. A solução adotada para esses impasses depende, é claro, do tipo de público e do método de cada docente. Assim em alguns casos é eficiente, por exemplo, montar um curso sobre linguagem visual (exibição e discussão de vídeos, fotografias, slides etc.).

5. Ver alguns mapas produzidos nesse curso em Niemeyer, 1993 e 1994a.

Focalizarei também, embora de modo menos minucioso, outros assuntos para tornar mais clara a prática de ensino adotada por mim. Eles são: o caráter inconsciente de dados extrínsecos, o simbolismo das cores, a apropriação do conceito de significação de Saussure pela antropologia e a presença de componentes lingüísticos no desenho.⁶

Os mapas examinados detidamente neste artigo foram escolhidos entre outros do acervo porque, em primeiro lugar, possibilitam expor o modo como esses assuntos são trabalhados em sala de aula e, em segundo lugar, porque foram realizados no último curso em que apliquei esse método, quando então cumpri todas as etapas metodológicas que exponho nos próximos parágrafos. Os autores dos mapas são um arquiteto e uma arquiteta, estudantes de um curso de especialização em antropologia, ministrado (1993) na FAU da Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP).⁷

É necessário um rigor metodológico para que esse instrumento tenha utilidade didática e também para que constitua um acervo de dados para reflexões e debates sobre os temas explorados nos cursos. Serão, então, indicadas as opções que vêm gradativamente sendo incorporadas desde o início desse trabalho: a primeira visa circunscrever um *corpus* e a segunda procura desmanchar eventuais armadilhas colocadas pelo material de que disponho, já que nesse tipo de mapa tem-se *representações pictóricas, descrições e comentários descritivos*; além disso nas falas dos(as) estudantes a respeito dos mapas estão presentes *representações, descrições, explicações e interpretações* (cf. Dan Sperber, 1982).

1) Ao solicitar desenhos de mapas, oriento a classe para:

- a) utilizar as cores de uma coleção de seis colocadas à disposição de cada estudante: vermelho, verde, amarelo, azul, preto e marrom;

6. Entre outros assuntos que já foram ensinados através desses mapas está a semântica das formas culturais de acordo com o enfoque estruturalista de Leach (op. cit.). Mas, optei pelos temas acima por um lado, por clareza didática e, por outro lado, porque um conjunto de experiências com mapas em pesquisas etnográficas (ver estudo em favela, cf. nota) e no ensino permite-me fechar algumas considerações teóricas sobre os assuntos indicados anteriormente e sobre as últimas opções metodológicas adotadas no exercício.

7. O mapa 2 que aqui está em tons de cinza, pode ser consultado na versão original (em cores) em Niemeyer, 1993. O original do mapa 1, também colorido, faz parte do acervo da autora.

- b) colocar uma legenda (*comentário descritivo*, segundo Dan Sperber) que deve incluir uma justificativa para o uso das cores.⁸

2) Procura-se também limitar o campo para as *interpretações*, *descrições* e *explicações* dos mapas. Para tanto projeta-se, durante a aula, *slides* dos mapas que são, então, descritos e explicados pelos autores(as) e também pelos(as) colegas: nenhuma entrevista é realizada fora desta situação. Essas delimitações visam captar a contraposição de *interpretações* de cada aluno(a) da classe sobre o mesmo mapa. Em seguida incentiva-se a leitura da bibliografia teórica que fundamenta as interpretações dos mapas. Após essas etapas volta-se aos mapas, mas desta vez para analisá-los à luz de leituras pertinentes aos objetivos específicos do curso em que esse exercício é aplicado (orientação espacial, simbolismo de cores e formas etc.).

Ainda a respeito desta segunda opção metodológica sigo Dan Sperber (op. cit.), para quem tanto *interpretações* quanto *descrições* são *representações*; também são representações as *reproduções*, as *maquetes*, as *citações*, as *traduções*, as *explicações*, as *teorias* e as *lembranças* (ibid.).

Uma representação é um objeto físico ou mental do qual se espera que, sob certos aspectos, substitua a coisa que ele representa. Quando o sujeito percebe, compreende ou aprecia uma representação é, de certo modo, como se ele percebesse, compreendesse ou apreciasse a própria coisa representada (ibid., p. 18).⁹

De acordo com essa definição os mapas apresentados aqui são *representações* que procuram reproduzir trajetos na cidade de Campinas. A legenda desses mapas são *comentários descritivos*.

8. Estas são sugestões do prof. Maurice Tournier (E.N.S. St. Cloud, Paris) com quem conversei durante seminário sobre Análise de Discurso (IIJ./Unicamp - 1991).

9. Esta definição é semelhante à de N. Munn que em estudo sobre a iconografia dos Walbiri (povo da Austrália Central) diz que representação é "... uma comunicação com sentido referencial na qual o veículo do signo é um 'equivalente estrutural' para seu referente. Ou, dito de outro modo, '... há um elemento de semelhança entre a forma do veículo e seu referente: a relação entre eles é, então, 'icônica' em vez de 'arbitrária'" (1973, p. 216, nota 1).

Segundo Dan Sperber temos duas classes de *representações não-descritivas*: as *reproduções* e as *interpretações*. Para ele tanto reproduções quanto interpretações só fornecem dados científicos indiretamente. Devem também descrever a relação que têm com a realidade e para isso necessitam de um *comentário descritivo*. É esse que identifica o objeto representado e precisa o tipo de representação (op. cit., pp. 18-19). É ele que, ao fornecer o modo de emprego, permite que se tire conseqüências empíricas de uma representação não-descritiva.

Entre os exemplos de comentários descritivos citados pelo autor, estão aqueles que interessam para o assunto deste estudo. Assim, são comentários descritivos, tanto o título de esquemas e de quadros, quanto a legenda das fotografias, dos mapas cartográficos (ibid.), à mão livre e *etnográficos* (cf. Orlove, ver "Considerações finais").

Nos próximos itens serão mostrados exemplos desse exercício didático. Iniciar-se-á por um resumo da teoria de A. Gell que será discutida posteriormente à luz dos dados levantados pelos *mapas 1 e 2* e pelo debate em sala de aula em torno desses mapas. Serão também introduzidas idéias de Marshall Sahlins (1976, 1979a e b) a respeito das cores como códigos semióticos e de Roland Barthes (1971 [1964]) e de Jack Goody (1994 [1993]) sobre a presença de componentes lingüísticos nas representações gráficas.

Orientação espacial

Muitas vezes quando queremos indicar um caminho para uma pessoa, esboçamos um mapa com o trajeto a ser seguido. Ao desenhá-lo estamos dando um apoio gráfico a um processo lógico de orientação espacial. O mapa resultante é uma síntese de partes de nosso sistema mental de referências espaciais. Ao desenhar, selecionamos referências espaciais específicas arquivadas em nossa mente, colocando-as em ordem (Downs & Stea, op. cit., p. 105). Produzimos, assim, conhecimentos sobre localização espacial. Adotarei a teoria de A. Gell (op. cit., p. 279) sobre a natureza lógica desse processo.

Os habitantes das cidades percorrem todos os dias trajetos definidos sem o auxílio de um mapa para ajudá-los a encontrar o caminho para a localidade a que se destinam. É provável, entretanto, que recorram a um apoio como esse quando estão num bairro, cidade ou país, desconhecidos. Gell defende algumas idéias: as bases lógicas essenciais envolvidas nessas orientações espaciais são idênticas e universais, independentemente do grau de complexidade da tarefa de localização, do apoio de instrumentos e/ou de mapas e de se a pessoa é nativa do lugar ou estrangeira; os mesmos procedimentos lógicos estão concernidos, tanto na orientação espacial que se baseia em esforço mental mais simples, quanto naquela que se vale de processos intelectuais complexos (ibid., p. 286).¹⁰

Para Gell, entre os processos de orientação espacial desenvolvidos pela mente humana que são idênticos para o nativo e para o estrangeiro, encontra-se o *mapa mental* que é um “arquivo de conhecimentos espaciais” (A. Gell, op. cit.).¹¹ No processo de localização e de trânsito numa cidade, tanto um habitante de longa data, quanto uma pessoa de fora que recorre a um guia, casam imagens perceptuais do terreno e da paisagem, com convicções adquiridas sobre o meio ambiente.

10. Analisando os estudos de Charles Frake (1985) verifica-se que no primeiro caso estão incluídas as navegações modernas apoiadas por recursos tecnológicos sofisticados e, no segundo, as viagens dos marinheiros medievais e a dos Trobriandeses: tanto estes quanto aqueles não contavam com o auxílio de instrumentos técnicos e de cartas de navegação, pois recorriam exclusivamente a um sistema mental abstrato, formado pela combinação lógica de elementos do meio ambiente e da natureza em geral. Frake examina a habilidade cognitiva de povos medievais e mostra como alguns autores atribuem ao pensamento dos marinheiros dessa época falta de exatidão, inconsistência e ingenuidade (mesmas características atribuídas a povos ditos “primitivos” como os Trobriandeses). Contra essas posições o autor argumenta que estudos sobre populações da Micronésia mostram que a habilidade de navegação demonstrada por eles depende de um profundo conhecimento da natureza, da técnica de construção de barcos, da aquisição de um saber tradicional sobre navegação e de habilidades cognitivas: conjunto esse relacionado ao registro e ao processamento mental de uma grande quantidade de informações diferentes e sempre em modificação; em contraposição os navegadores modernos se guiam por cartas de navegação tecnicamente sofisticadas que exigem deles operações cognitivas simples: sem esse apoio eles se perderiam (Frake, op. cit., pp. 260, 268).

11. Ver exemplo de mapa mental dos ‘Wani’, povo estudado por Aparecida Vilaça (1996) nas “Considerações finais”.

Acrescentam a esse todo índices temporais que permitem cálculos para avaliar o tempo que será despendido num deslocamento através de um determinado espaço.¹² Neste sentido estas explicações de Gell são indispensáveis:

O nativo experiente

deve se referir a um *mapa* para avaliar o significado espacial da concordância entre a imagem arquivada de uma paisagem, e a sua percepção atual da vizinhança. Devo demonstrar que para que a orientação prática aconteça não é meramente suficiente que a imagem-da-paisagem seja casada com uma imagem percebida, mas que a imagem-da-paisagem seja identificada com coordenadas num mapa mental (op. cit., p. 278).

O nativo se movimenta no espaço,

casando suas impressões visuais atuais com um arquivo mental de paisagens lembradas identificadas com lugares ao longo de uma rota planejada. Ele não estava fazendo nada de muito diferente daquele estranho que usava o mapa e que também acoplava suas impressões visuais atuais com as imagens-de-paisagens a cada estágio da jornada. O estranho construiu essas imagens a partir do mapa, enquanto que o nativo as deriva de uma experiência pessoal, mas os processos mentais são idênticos. Em particular não se pode dizer que o estranho transite em um diferente tipo de “espaço” — cartesiano em oposição ao prático — uma vez que tanto o estranho, quanto o nativo podem ser vistos confiando na conferência de séries de “paisagens esperadas”, vistas de um conjunto particular de coordenadas com o mundo como ele é percebido. Isto acontece apesar das expectativas do usuário do mapa serem derivadas de um mapa que não sabe nada de tais coordenadas subjetivas e que representa o mundo do ponto de vista de todo mundo e de ninguém (ibid., pp. 277-278).

Essas constatações, diz o autor em questão, não são suficientes, pois falta demonstrar que o nativo recorre a um mapa mental. Para tanto é preciso demonstrar que o

... nativo experiente deve se referir a um mapa para avaliar o significado espacial da concordância entre a imagem arquivada de uma paisagem, e a sua percepção atual da vizinhança dessa paisagem. Devo demonstrar que

12. Identifiquei na coleção de mapas dos alunos e alunas, entre outras, a seguinte referência a índices temporais: indicações de quilometragem, para sinalizar a distância entre pontos. O croqui desenhado para orientação espacial é, pois, uma representação metafórica do tempo.

para que a orientação prática aconteça, não é suficiente apenas que a imagem-da-paisagem seja casada com a paisagem percebida, mas que a imagem-da-paisagem seja identificada com coordenadas em um mapa mental (ibid., p. 278).¹³

É sobre bases lógicas, continua Gell, que os antropólogos devem discutir cognição espacial: ele está assim discordando do apoio exclusivo em bases psicológicas, proposta dos psicólogos cognitivos.¹⁴ Entre os pontos colocados por Gell em sua resposta às críticas que Blades e Spencer dirigem a seu trabalho, selecionei estes que precisam melhor sua definição de mapa mental:

... “mapas mentais” são “subjetivos” por definição e também são distorcidos, uma vez que a relação mapa/território envolve “distorção” inelutavelmente, até mesmo em mapas cartográficos (isto é, distorções de escala, projeção etc.). “Mapas mentais” (e mapas cartográficos) também são, com frequência, simplesmente errados, como são, talvez, muitas das crenças que temos sobre o mundo, por isto é que este é, muitas vezes, um lugar frustrante de se estar. Mas nenhum desses fatos coloca uma distinção fundamental entre a noção de “mapa” levantada no contexto das discussões psicológicas e o compêndio de informações espaciais tal como aparece quando publicado sob a forma de um mapa cartográfico.

Meu ponto é que o que distingue os sistemas de crenças mapa-espaciais não é se eles são certos ou errados, mentais ou artesanais, mas que tipo de crenças eles são, e como eles se relacionam com a interpretação de dicas

13. Em pesquisa que realizei (1985) com favelados, um croqui permite confirmar essa consideração de Gell: desenhado por um servente de pedreiro pernambucano, representa uma parte da cidade de São Paulo. Alguns elementos do mapa foram adaptados, segundo o autor, de um guia das ruas da cidade. Ver a reprodução desse mapa seguida de comentários em Niemeyer (1993, 1994a).
14. Gell diverge também da exclusividade que, segundo ele, Bourdieu coloca no papel que o *habitus* desempenha na orientação espacial; critica além disso a teoria dos mapas mentais dos geógrafos sociais. Opina que “... a teoria do ‘mapa mental’ e a da maestria prática baseada em imagens são ambas corretas, se tomadas em conjunto e erradas se consideradas em separado” (op. cit., p. 282). Optei por não introduzir essas vertentes dos argumentos de Gell por um lado, porque alongariam o texto deste artigo e, por outro lado, porque a reflexão que fiz sobre os dados retirados do acervo dos mapas, por enquanto, são mais consistentes para esclarecer e discutir o debate de Gell com os psicólogos cognitivos.

perceptuais que estão sendo captadas, no tocante à localização no meio ambiente. [...], existe uma terminologia lógica para expressar essas distinções de um modo muito explícito e psicólogos e antropólogos podem tirar proveito dela (Gell, 1986, p. 345).

São justamente partes dessa terminologia lógica que adoto aqui para analisar a orientação espacial a partir de mapas produzidos em sala de aula.¹⁵

No próximo tópico essas argumentações de Gell serão discutidas através de dois mapas elaborados por um arquiteto e uma arquiteta que participaram do curso de antropologia que ministrei na FAU/PUCAMP.

Indicando caminhos

Foram solicitados dois mapas para orientar uma pessoa que não conhece a cidade de Campinas: o primeiro indicando o caminho da rodoviária de Campinas até a casa do(a) autor(a) do mapa e, o segundo, desse mesmo ponto de partida até o local onde estes(as) trabalham e/ou estudam.¹⁶

Os mapas assim desenhados representam trajetos que atravessam a cidade de Campinas e seus arredores.¹⁷

15. Traduzir e adaptar essa terminologia lógica não é tarefa fácil, convido o leitor para uma consulta ao texto original para compartilhar comigo essa dificuldade. Mas acho que vencida a primeira barreira da aridez terminológica, vale a pena tentar, como sugiro neste artigo, pensar a proposta de Gell para a análise de dados empíricos. Espero que ao correr o risco de resumir as idéias originais do autor eu tenha conseguido transmitir suas sugestões principais.
16. Os mapas aqui incluídos foram elaborados por pessoas que trabalham e moram em Campinas. Alguns(mas) dos(as) estudantes desse curso moravam na cidade de São Paulo ou em outras cidades do interior do estado de São Paulo e estavam se deslocando especialmente para esse curso. Seus mapas não foram incluídos aqui porque o tema orientação espacial fica mais evidente quando referido a pessoas da mesma cidade. Tenho permissão dos autores(as) para publicar seus mapas. Só está incluída a inicial do primeiro nome dos(as) estudantes. As indicações precisas das suas redidências foram apagadas.
17. O câmpus da PUC está localizado fora do perímetro urbano, num terreno que foi de uma fazenda, situado nas proximidades da rodovia D. Pedro I — sentido via Dutra. Esse

Mapa 1: autor, G

Ao explicar este trajeto da PUCCAMP para sua casa e vice-versa (*mapa 1*), o aluno disse que partiu de um ponto fixo ocupado pelo seu próprio corpo parado naquele ponto. Dali se imaginou olhando em volta e desenhou — em separado — trechos para orientar a pessoa. Do lugar onde se encontrava via, em imaginação, o “Shopping Iguatemi, o Eldorado, e o Galeria Shopping”. De onde estava os via de costas, por essa razão colocou os nomes ao contrário. Já a “PUCCAMP” é vista de frente, desse mesmo lugar ocupado por ele, por isso, justificou, seu nome está desenhado de frente.

O seguinte diálogo ocorreu na classe por ocasião da exibição dos *slides* do autor do *mapa 1*:

G. (autor do mapa): — Ai é atrás, eu venho pela D. Pedro; o vermelho diz respeito ao indo.

S.: — Quem estava voando era você na hora em que fez o desenho.

E.: — Você já andou com ele, ele voa mesmo.

C.: — São fragmentos, não tem uma totalidade [...]

E.: — É que não é importante mesmo.

G.: — O número verde corresponde ao vindo; os números são uma sequência do caminho. Se no 1 eu colocasse a PUC invertido o [...] Galeria Shopping estaria do outro lado da pista.

S.: — É que o percurso está a algumas centenas de metros de onde ele está olhando.

E.: — Vendo topograficamente é uma forma de meia lua; todas as visões que ele tem são de dentro da meia lua.

Classe: — Tem uma circularidade. A visão dele manteve uma referência. É como se ele parasse num ponto e fosse visualizando em volta.

Classe: — Teve uma velocidade: não perder tempo com legendas.

câmpus está próximo do da Unicamp, existindo atualmente uma ligação entre os dois através de uma estrada secundária. O município de Campinas tinha aproximadamente 846.434 habitantes (IBGE, Censo Demográfico 1991 — resultado preliminar). Em 1993 notei que no entorno do câmpus ainda permaneciam fazendas em atividade; ao lado do estacionamento, tratores e máquinas preparavam a terra para plantações; a vizinhança próxima ao câmpus (de ambos os lados da rodovia D. Pedro I) tinha uma ocupação mista (fábricas, boates, bancos, motéis e hospitais) e, finalmente, observei que na rodovia D. Pedro I encontrava-se um *shopping center* e um supermercado.

Mapa 2: autora, S

Na *descrição* do trajeto desenhado, ligando a rodoviária de Campinas ao seu escritório (localizado no centro da cidade), a autora do *mapa 2* disse: “S.: — Do escritório visualizei a rodoviária lá embaixo”.

Isto é, ao desenhar na sala de aula da PUCCAMP, ela se posicionou, imaginariamente, na janela de seu escritório em Campinas. Ao fazê-lo reconstruiu de memória um trajeto do seu escritório até a rodoviária.

O seguinte diálogo exemplifica, através desse mesmo mapa, como ocorreram as *descrições*, as *explicações* e as *interpretações* da classe:

S. (autora do mapa): — Da janela do escritório visualizei a rodoviária lá embaixo... coloquei marcos que marcam a rota correta.

C. (classe): — Ana falou: “alguém chegando na rodoviária”. Então todo mundo desenhou primeiro a rodoviária.

E.: — Por que você fez a Matriz desse jeito?

S.: — É porque eu quis dizer para a pessoa passar por trás dela, por isso a porta está naquela posição.

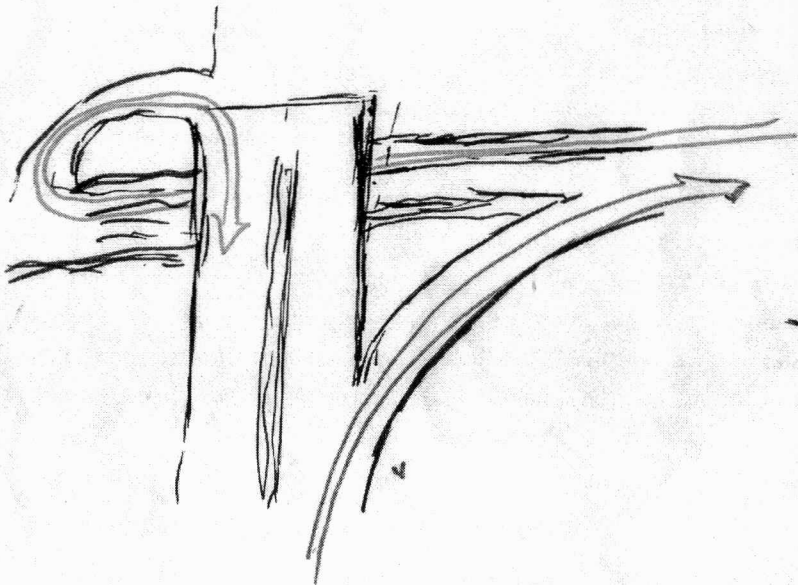
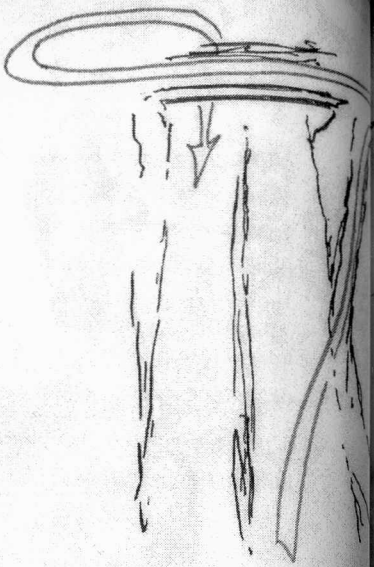
J.: — Você fez os marcos mais importantes para o arquiteto: Caixa Econômica [...]; INSS [...]; Prefeitura [...]. O INSS ninguém vê.

S.: — Não percebi isso, quis destacar a rota correta.¹⁸

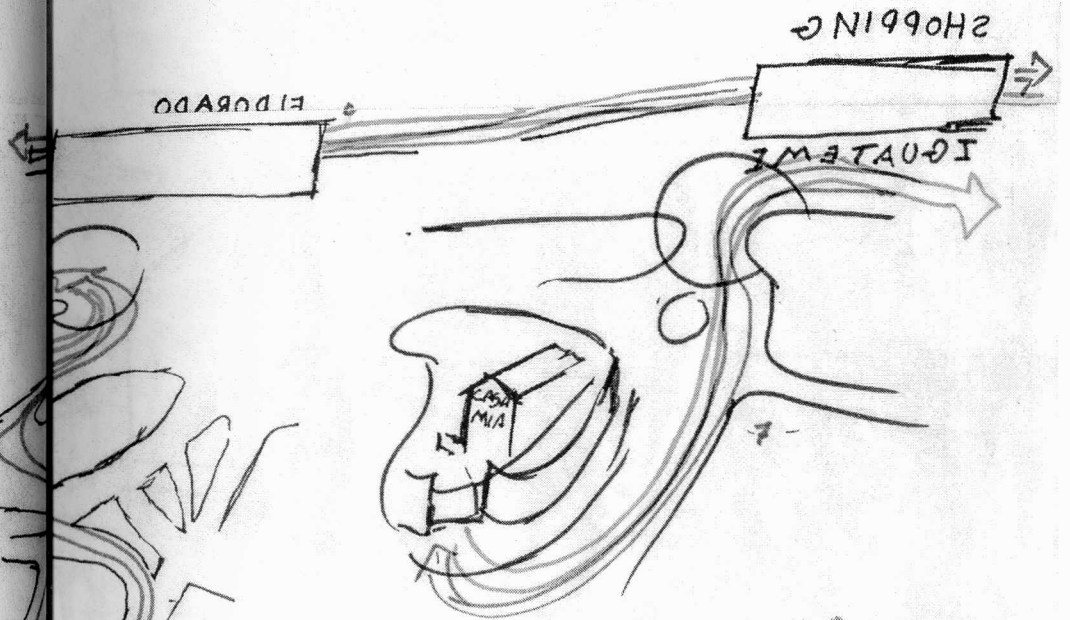
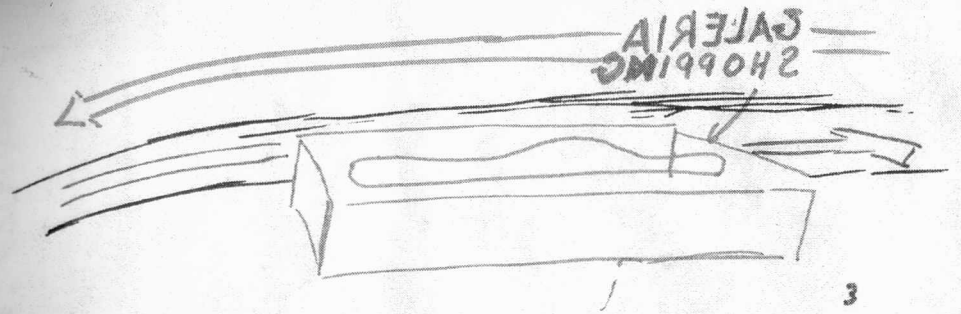
Ainda nesse *mapa 2* deve ser ressaltada uma dimensão: alguns “marcos” registrados pela desenhista foram *interpretados* por uma colega sua (J.) como aqueles que são importantes na vida de um arquiteto: Caixa Econômica Federal — financiamento para construção civil; INSS — matrícula da obra e seguro de acidentes para os operários; Prefeitura — aprovação do projeto, conseguir o habite-se. Nota-se no diálogo reproduzido no parágrafo anterior que, diante dessa *interpretação*, a autora disse que ao desenhar não pensou nisso.¹⁹ Essa escolha inconsciente lembra considerações de Lévi-Strauss:

18. A reprodução desse diálogo (como discurso direto) permitiu que chegássemos à compreensão do porquê de certas representações pictóricas no *mapa 2*. Ver Dan Sperber sobre “discurso direto” (op. cit., p. 25)

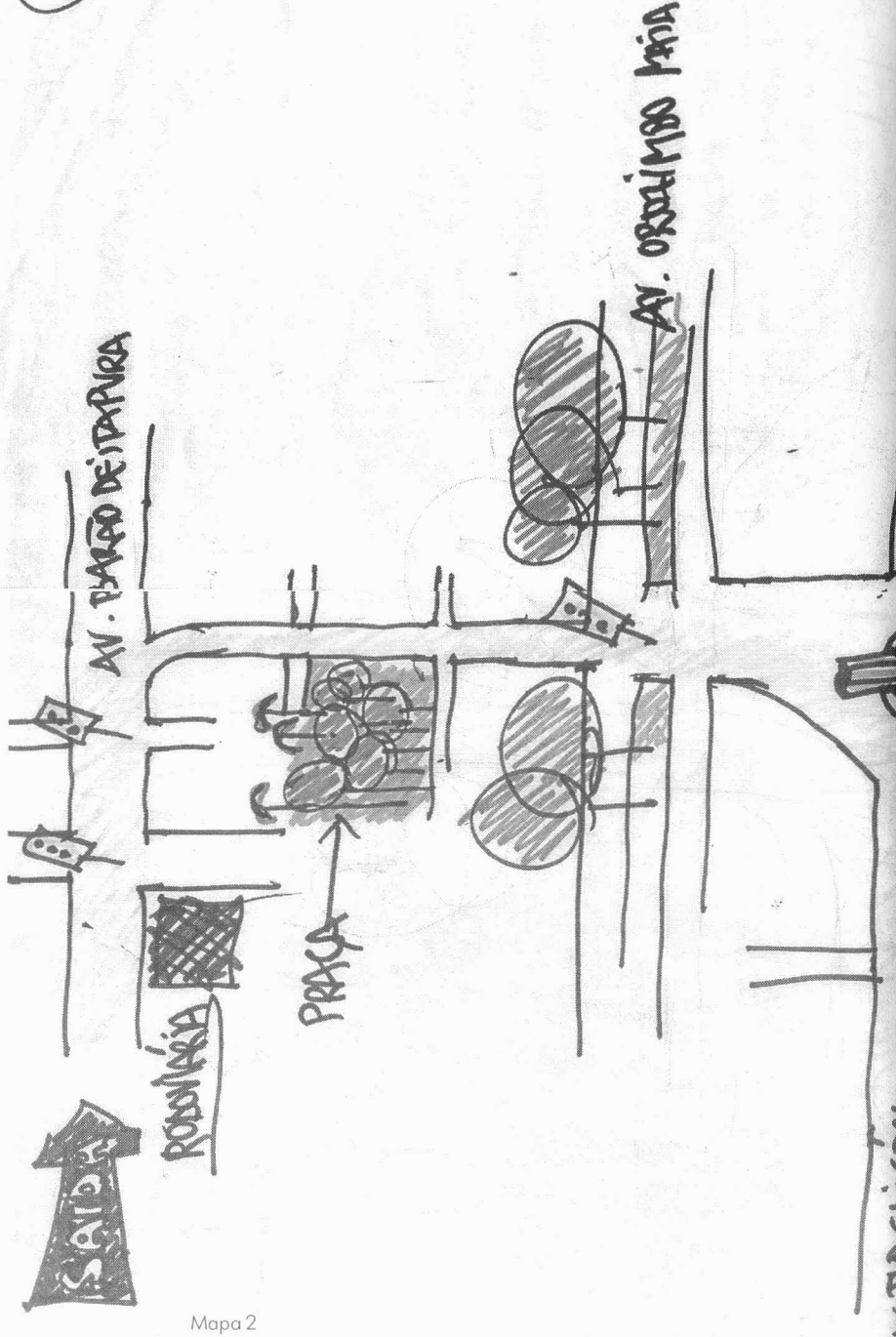
19. O que a autora chama de “marco” é o que denomino de “ponto de referência”.



Mapa 1



INDO
YINDO A4b



Mapa 2



CHEGADA: ESCRITÓRIO

- CAMINHO A SER SEGUIDO COM ÊNFASE NOS SEMÁFOROS
- ▨ MARCOS QUE MANTENHA A ROTA CORRETA
- ▩ VOLUMES DE MATTA Q. SE IMPRIM. Ao SOUHAL.
- ▤ PONTOS DE SAÍDA E CHEGADA
- ▥ RUAS SECUNDÁRIAS

“O grande mérito de Saussure, diz Jakobson, foi ter compreendido exatamente que um dado extrínseco existe inconscientemente (...)”. Ninguém poria em dúvida que estas lições são também uma contribuição capital para as ciências humanas quando sublinham o papel que cabe, na produção da linguagem, (mas também de todos os sistemas simbólicos) à atividade inconsciente do espírito. Com efeito, é só com a condição de reconhecer que a linguagem, como qualquer outra instituição social, pressupõe funções mentais que operam ao nível do inconsciente, que se está em condições de atingir, para além da continuidade dos fenômenos, a descontinuidade dos “princípios organizadores” (...) que escapam normalmente à consciência do sujeito falante ou pensante (C. Lévi-Strauss, 1977 (1976), p. 12).

Os mapas aqui reproduzidos, assim como as *descrições*, as *explicações* e as *interpretações* da classe também possibilitam apoiar argumentações de Gell quando ele coloca as seguintes condições para a orientação do nativo experiente:

deve se referir a um mapa para avaliar o significado espacial da concordância entre a imagem arquivada de uma paisagem e a sua percepção atual da vizinhança. Devo demonstrar que para que a orientação prática aconteça não é meramente suficiente que a imagem-da-paisagem seja casada com uma paisagem percebida, mas que a imagem-da-paisagem seja identificada com coordenadas num mapa mental (op. cit., p: 278).

O autor e a autora desses mapas conhecem bem Campinas, assim como também os(as) comentaristas, seus(suas) colegas de classe, referidos anteriormente e nas linhas seguintes. Pode-se assim dizer que a familiaridade com o meio ambiente concedeu-lhes um estoque maior de formas espaciais reproduzidas nos mapas, assim como facilitou-lhes o detalhamento do trajeto; permitiu-lhes, também, ao reconstruir os trajetos de “imaginação”, recorrer, como defende Gell, ao mapa mental.²⁰ Avaliaram, por exemplo, até que ponto as imagens arquivadas mentalmente por eles dos prédios da Caixa Econômica, do INSS e da Prefeitura, coincidiam com as imagens desenhadas no *mapa 2*. Assim como conferiram a representação, nesse mesmo mapa, da vizinhança em torno desses prédios. Iden-

20. A profissão de arquiteto — e a especialização de cada um dentro desta disciplina — não só facilita a formação desse estoque, como também o desenho de formas espaciais.

tificaram, pois, como pontua Gell, a “imagem-da-paisagem” com coordenadas no próprio mapa mental.

O mesmo pode ser dito a partir dos procedimentos mentais de um dos comentaristas (E.) do *mapa 1* que, além de nativo, costuma fazer, de carro, com o desenhista, esses trajetos da casa do autor à PUCCAMP. Parte de suas *explicações* referendam a formulação de Gell reproduzida na citação anterior de “que a imagem-da-paisagem seja identificada com coordenadas num mapa mental”, pois disse que o autor do *mapa 1* manteve uma referência, como se ele parasse em um ponto e fosse visualizando em volta: “E.: — Vendo topograficamente é uma forma de meia lua, todas as vistas que ele tem são de dentro do centro da meia lua”.

O autor do *mapa 1*, portanto, preenche as duas condições colocadas por Gell (cf. supra) para que a “orientação prática” aconteça:

1. “... que a imagem-da-paisagem seja casada com uma paisagem percebida”;
2. “... que a imagem-da-paisagem seja identificada com coordenadas num mapa mental”.

A questão dos pontos de referência está também presente na legenda do *mapa 2*: verde = “volumes de ‘mata’ que se impõem aos olhos”; vermelho = “marcos que mantêm a rota correta”.²¹ “Qualquer aspecto físico que adquira saliência para um indivíduo” é considerado ponto de referência para estudos psicológicos sobre orientação espacial; para estes estudos, só com conhecimento maior da região esses marcos ficam interligados formando mapas de levantamento — *survey maps* (M. Blades & C. Spencer, op. cit., p. 344).

Para os psicólogos Blades e Spencer os pontos de referência (*landmark*) têm um papel importante no processo de orientação espacial. O apoio na lembrança de séries de imagens, como desejado por Gell, é indefensável do ponto de vista das pesquisas empíricas da psicologia cognitiva. Tal apoio sobrecarrega a memória. O esquecimento de uma imagem pode acarretar uma desorientação (ibid.).

21. Na legenda do outro croqui feito por ela (trajeto da rodoviária até sua casa) esta informação está ainda melhor especificada, pois ela escreveu para o vermelho: “lugares a observar com atenção que mantêm o sentido e a direção correta do mapa” (ver esse croqui em Niemeyer 1994a, 1994b).

Gell concorda com essas observações a seu trabalho, argumentando que o papel do ponto de referência estava implícito em suas análises e que em próximos textos tratará de torná-lo explícito (1986, p. 344).

Diante dessas questões levantadas até o momento algumas conclusões parciais podem ser encaminhadas: as legendas colocadas pelos alunos e alunas nos mapas, as interpretações que fizeram de seus mapas e do de seus colegas, assim como as análises que fiz desse conjunto de dados, contribuíram para assumir as seguintes posições em relação às propostas de Gell e de Blades e Spencer:

1. reforçar o papel do ponto de referência e da imagem na orientação espacial;
2. remeter a discussão da orientação espacial a bases lógicas, como defende Gell;
3. confirmar a adequação da formulação de P. Descola sobre o balizamento de um espaço por um sujeito específico a partir de um ponto lógico escolhido por ele.²² Isso pode ser verificado nas explicações dos autores dos mapas exibidos aqui, pois é a partir da posição ocupada imaginariamente pelo aluno e pela aluna que foram desenhados o *mapa 1* e o *mapa 2*, respectivamente;
4. destacar a importância da circunscrição do debate à sala de aula, pois possibilita uma confrontação de interpretações que esclarecem os temas em pauta (refiro-me especialmente à orientação espacial, tal como foi debatida a partir dos *mapas 1 e 2*).

22. Ao tratar dos elementos arquitetônicos dos Achuar (tribo do alto Amazonas; um entre os quatro grupos de dialetos da família linguística jivaro), Descola diz: "O domínio habitado, nitidamente distinguível da floresta circundante, se desdobra segundo três círculos concêntricos: patamares decrescentes na tarefa da conformação do espaço. Embora roçar e plantar numa clareira sejam cronologicamente anteriores à construção de uma casa, é a presença desta, no coração dos jardins, que simboliza a ocupação humana, é ela que forma o ponto lógico a partir do qual seus habitantes demarcam o espaço" (op. cit., p. 139). Jardins (*jardins*) aqui significam o espaço da horticultura. Para uma definição de *jardins* ver Descola, *ibid.*, p. 170.

Selecionando cores

Para Marshall Sahlins as cores são códigos semióticos e a compreensão de sua utilização no seu objeto de investigação (sociedade americana contemporânea) deve passar por um estudo do modo como a cultura se apropria de uma capacidade universal que é a percepção biológica de cores. Sahlins discorda de alguns encaminhamentos de Leach para o simbolismo das cores dizendo que este:

...deveria visar somente às correspondências entre a estrutura simbólica e a estrutura da percepção, evitando no caminho as armadilhas ideológicas paralelas do fisicismo e do associacionismo. Pois o primeiro não é a maneira como o mundo se apresenta à mente, nem o segundo a maneira como é representado. A demarcação de correspondências corretas entre o perceptivo e o significativo mostraria não a delimitação da cultura pela natureza, mas a apropriação da natureza pela cultura (Sahlins, 1979 [1976a], p. 220).²³

O ponto em que Sahlins, a meu ver, concordaria com Leach é quando este parte de pressupostos que são consensuais na antropologia, pois remetem à definição de significação de Saussure. Diz Leach:

todos os signos, e a maior parte dos símbolos e sinais, unem-se como conjuntos. Os significados dependem do contraste. As cores vermelho e verde significam pare e ande, mas somente quando estão contrastadas entre elas e no seu lugar próprio, numa via pública (Leach, E., 1978, p. 43).

Para exemplificar a aplicação dessas idéias aos mapas selecionei alguns aspectos:

23. As idéias desenvolvidas por Sahlins sobre o simbolismo da cor em 1976 são as mesmas contidas no artigo "Colors and Culture" (1976), no pélo por ocasião da publicação de *Cultura e Razão Prática* (1979 [1976]). Mais tarde, quando critica os usos indevidos da sociobiologia, examina o exemplo da percepção humana da cor, para apoiar sua premissa de que "... a biologia humana coloca à disposição da cultura um conjunto de meios para a construção de uma ordem simbólica" (M. Sahlins, 1979, p. 66). Mas a análise cultural do fenômeno da cor está mais desenvolvida no artigo "Colors and Culture", onde discute descobertas antropológicas de Berlin e Kay (1969) sobre percepção de cor.

- a) As primeiras observações do conjunto de mapas do acervo podem levar a uma conclusão precipitada de que é mais freqüente o uso do vermelho quando se quer destacar alguma informação.²⁴ Entretanto, é o contraste entre as cores que dá o destaque e, portanto, a significação, e não o emprego isolado de uma ou de outra cor.²⁵
- b) Os “semáforos” são também pontos de referência na orientação espacial dos(as) desenhistas. O modo como estão situados nos mapas apóia a definição de significação de Leach, reproduzida linhas acima, que usa o semáforo como exemplo.
- c) Há um emprego interessante das cores verde e azul nos mapas do arquiteto: essas duas cores são usadas para “referência natural”, a saber, verde para vegetação e azul para rio. É possível que a formação em arquitetura lhes confira um treino em leituras e em práticas com mapas que faça com que eles(as) recorram a convenções cartográficas internacionais. São essas que provavelmente explicam o emprego das cores azul e verde em “referências naturais”. Esse saber, entretanto, não impede representações como as que vimos nos *mapas 1 e 2*, que fogem dessas convenções, deixando escapar ora um simbolismo particular (prédios destacados pelo tamanho e pela cor no *mapa 2*), ora uma ordenação lógica individual (pontos de referência com o nome escrito ao contrário no *mapa 1*).

A conclusão parcial deste tópico sobre o simbolismo das cores está articulada como segue:

24. Ver em Niemeyer (1994a) uma primeira análise do simbolismo das cores nos mapas dos cursos, quando trago posições de M. Sahlins (1976, 1979).
25. As soluções encontradas para o uso do branco do papel são inúmeras. É particularmente interessante um conjunto de mapas onde nitidamente o branco do papel sobre o qual foram desenhados os mapas é um elemento indispensável para um contraste que é significativo, porque no preenchimento do espaço ocupado pelas ruas e quadras, o branco e o preto ocupam as posições alternadas de cheio e vazio. No mapa que indica o caminho da rodoviária para a casa do aluno esses espaços estão em branco e naquele da rodoviária para seu trabalho, em preto.

- a) A restrição da escolha de cores para seis (azul, amarelo, verde, vermelho, marrom e preto) permite uma comparação entre os mapas, porque reduz o número de variáveis circunscrevendo o conjunto de elementos introduzidos nos mapas.
- b) A introdução de linguagem gráfica em pesquisa mobiliza diferentes expressões dos indivíduos e grupos pesquisados: os mapas incluídos aqui revelam diferenças e semelhanças de percepção, compreensão e expressão de trajetos por indivíduos que moram na mesma cidade e que são da mesma profissão. Downs & Stea mostram, através de exemplos de mapas como estes com os quais trabalho, como representações gráficas do mesmo local são “suficientemente semelhantes para permitir um compartilhamento e uma comunicação a respeito de características do espaço, mas que, ao mesmo tempo, elas são bastante pessoais para acomodar experiências únicas” (op. cit., p. 107).

Os mapas transmitem uma percepção individual de formas e cores.²⁶ Aqui nos deslocamos para o campo da sensibilidade, sobre o qual discorre Lévi-Strauss (1965 [1962], pp. 10-11) ao comentar a pintura de El Greco, afirmando que esse artista desenhava figuras humanas alongadas, por uma recusa sua a certos modos consagrados de representar o mundo e não por causa de um defeito de conformação do seu globo ocular, como afirmavam os pintores acadêmicos, seus contemporâneos.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu demonstrar como é possível ensinar certos temas de antropologia, através de mapas desenhados em sala de aula por estudantes que estão ou no início de seu aprendizado dessa disciplina ou que vêm de outras áreas (aqui examinamos detidamente mapas de um arquiteto e de uma arquiteta).

26. A colocação pelos alunos e alunas do sinal de trânsito como ponto de referência é freqüente nos mapas do acervo. O modo como o sinal de trânsito é representado no desenho, entretanto, difere bastante: desenho icônico do objeto (*mapa 2*) ou do *símbolo público* (círculos, ou traços com as cores vermelho, amarelo e verde).

Com os mapas temos à nossa disposição um material de comum acesso a todos os alunos e alunas de uma mesma classe. Como é preciso comunicar com clareza e eficiência para que o mapa cumpra sua finalidade, orientar e indicar o caminho a seguir, seu desenho representa um esforço de síntese por parte do(a) autor(a). Para tanto serão feitas escolhas que serão expressas no papel segundo um arranjo determinado que é significativo. Ao longo do artigo mostrei como esses arranjos podem ser analisados para esclarecer, mais detidamente, a orientação espacial e o balizamento lógico de um espaço por um sujeito específico. Mas também foi possível indicar através desses documentos o caráter inconsciente de dados extrínsecos, o conceito de significação, a presença de componentes lingüísticos no desenho, o campo da sensibilidade, revelado pela expressão individual de formas e cores e o simbolismo das cores.

A inclusão da escrita nos mapas permite sugerir uma interpretação que discorda da divisão da comunicação humana em verbal e não-verbal, introduzida por Leach (op. cit., p. 16). Um caminho para criticar essa divisão é recorrer a Barthes (1971 [1964]) e Goody (1994 [1993]). Assim, para o primeiro, substâncias visuais confirmam suas significações através de uma mensagem lingüística (op. cit., p. 12): “parte da mensagem icônica está numa relação estrutural de redundância ou revezamento com o sistema da língua” (ibid.).

Para o segundo é difícil aceitar a ausência do elemento lingüístico na pictografia e na linguagem gestual; só é possível falar de comunicação não-verbal nos animais: nos seres humanos um componente lingüístico está presente na codificação e na decodificação dos gestos, em todos os procedimentos de pensamento ou de conceitualização e na relação entre a linguagem e uma atividade especificamente humana, o desenho (op. cit., pp. 26-28).

Foram adotados procedimentos metodológicos para o trabalho didático com esse tipo de mapa, de modo a limitar um *corpus* passível de ser trabalhado em sala de aula e adequado para ser analisado teoricamente. Ênfase nestas considerações finais que o limite das explicações, interpretações e descrições dos mapas à sala de aula foi proveitoso em relação aos dois assuntos principais explorados neste artigo, pois permitiu tornar evidente o foco lógico a partir do qual baliza-se um determinado espaço, confirmando a adequação desta idéia de P. Descola para o estudo do espaço social e simbólico através de desenhos²⁷ e possibilitou mostrar como teorias sobre orientação

27. Ver em Niemeyer 1994a e 1994b essas mesmas constatações aplicadas aos desenhos da casa, da favela, da localização da favela na cidade de São Paulo e de regiões no interior do Brasil, realizados por favelados estudados por mim entre 1972/77.

espacial podem ser ensinadas através de mapas desenhados por um grupo de sujeitos do mesmo universo sociocultural (atividade seguida da contraposição de interpretações e de descrições relativas aos mapas).

Por último será ressaltado um aspecto importante levantado por esse exercício que ainda não foi abordado aqui: sua contribuição para as futuras atividades dos(as) estudantes como pesquisadores(as).

Ao estudar uma representação pictórica própria os(as) alunos(as) são levados a pensar sobre seus procedimentos mentais e, por analogia, naqueles implicados em solicitações de desenhos e mapas aos sujeitos de sua pesquisa.

Por esses caminhos podem ter um acesso privilegiado às diferenças entre mapa mental, cartografia física, croqui e *mapa etnográfico* (cf. Orlove infra). Estarão, pois, munidos de instrumentos teóricos mais consistentes para analisar documentos como esses que fazem parte dos dados recolhidos e analisados em pesquisas de campo e em assessorias técnicas sobre conflitos territoriais envolvendo populações urbanas, rurais e indígenas.

Para encerrar este artigo comento dois estudos que incluem esses documentos. O primeiro é uma pesquisa em que Benjamin Orlove (1991) analisa um conflito gerado a partir de 1978 após tentativas do governo peruano de criar uma reserva ecológica no lago Titicaca, em área cuja ocupação, pelo direito costumeiro, pertencia aos camponeses.²⁸ O autor discute questões de economia política abordando esse conflito através do estudo dos “mapas dos camponeses”, dos “mapas do Estado” e de uma análise de versões orais dos acontecimentos. A reflexão sobre essas representações (visuais e orais) do conflito revelou uma falta de comunicação entre as partes envolvidas no litígio: por exemplo, os mesmos espaços do lago, de suas margens e da ocupação humana aí estabelecida são representados de modo diferente pelos camponeses e pelos funcionários do poder público. Para compreender o porquê dessas diferenças Orlove estuda a forma do mapa, a qual remete por

28. Orlove observa que essa população por suas principais características pode ser classificada como camponesa, mas que é comumente identificada como indígena devido a sinais distintivos étnicos — roupas, costumes, língua — Aymara e Quechua (ibid., p. 6). Esses grupos moram em ilhas flutuantes de um vegetal semelhante ao junco (*totorá*) e o utilizam de muitos modos, inclusive para construir suas casas (ibid.). O nome científico de *totorá* é *Typha domingensis* (*Encyclopedia Britannica do Brasil*, 1975).

um lado ao modo como a paisagem está ali representada e, por outro lado, à prática de uso e à compreensão de mapas, que são culturais (ibid., p. 4). No artigo o autor introduz *mapas etnográficos*, que são aqueles encomendados por ele a uma cartógrafa (ibid., pp. 11, 13) e mapas cartográficos. Para sua análise do conflito compara croqui dos camponeses e mapas realizados por representantes do poder público (ibid., pp. 21-27). Entre as reflexões de Orlove selecionei uma passagem que é pertinente para as discussões que venho introduzindo; ao comparar aqueles dois tipos de mapas, o autor esclarece que:

Estes mapas [...] seguem certas convenções básicas da tradição ocidental de realização de mapas, compartilhada tanto pelos camponeses quanto pelos representantes do poder público: eles são retangulares, a terra e a água estão distinguidas, os nomes dos lugares estão escritos ao lado deles e o norte de um modo geral está localizado no topo do mapa. (Essas similaridades são traços de encontros prévios entre camponeses e Estado.) Todos os mapas são rapidamente reconhecidos, pelo olhar ocidental, como mapas, e, em geral eles são inteligíveis [...] (ibid., p. 13).

Mas esses pontos em comum não garantiram um diálogo entre os litigantes, pois de acordo com as avaliações de Orlove, parte da explicação para o impasse a que chegaram as negociações entre camponeses e poder público é devida à incapacidade de ambas as partes de compreenderem os mapas uns dos outros, conforme atesta este trecho:

Essas diferenças no padrão espacial, temporal e social dos mapas sugerem que a falta de resolução das duas considerações não é meramente o resultado de uma obstinação deliberada, mas antes de uma incapacidade fundamental de cada parte de entender o ponto de vista do outro. Isso decorre do fato de que os pontos de vista são incomensuráveis em dois sentidos: primeiro, e mais literalmente, não há proporção que possa converter a distância em um mapa do Estado na distância equivalente no mapa dos camponeses e vice-versa; segundo e mais metaforicamente, os dois conjuntos de mapas inserem as relações entre aspectos humanos e naturais da paisagem — ou, colocado mais abstratamente, as relações entre grupos sociais e o meio ambiente natural — de modos tão radicalmente diferentes que se tornam incompatíveis. Cada grupo apresentou um conjunto de mapas que estava

congruente com suas reivindicações legítimas de controle das áreas com *totora* (ibid., pp. 23, 24).

Antes de entrar no segundo estudo, o de Vilaça (1966), trago um exemplo de incompatibilidade entre croquis e mapa cartográfico (um dos assuntos desta autora) que foi relatada por Darcy Ribeiro neste trecho sobre a expedição entre os Urubus-Kaapor:²⁹

Estive, agora, dando uma boa olhada no mapa que você me mandou. Bem sei que é o melhor, mas não vale nada. Está todo errado. Chega até a atribuir a um rio o curso superior do outro, como no caso do jararaca, que o cartógrafo achou grande demais para um só e dividiu em dois.

Mas tem a utilidade de mostrar ao menos alguns pontos com a localização precisa. O que me permitiu pôr em números o sentimento dos quilômetros andados por estas minhas pernas. Cerca de oitocentos, minha querida. Sim, oitocentos quilômetros, me carregando através destas matas. Ainda bem que sou magro, senão me cansaria só de pensar na trabalhadeira que tive. Vou fazer um esquema ali adiante para lhe dar o roteiro da viagem. Se você quiser me procurar um dia por aqui, é só guiar-se por ele que logo, logo se perderá. [...]³⁰

Vejo que você, embora geógrafa, ou por isso mesmo, não vai entender nada. Mas console-se comigo, que sofri mais, pois não só olhei no mapa. Andei por aí tudo, quase sempre sem saber onde estava (op. cit., p. 578).

Aparecida Vilaça explica cuidadosamente a elaboração dos mapas dos territórios ocupados pelos diferentes subgrupos Wari.³¹ Em um único mapa ela reuniu “traçados à mão livre” de sua autoria e dados trazidos por vários informantes sobre a localização de rios e roças (aldeias) de seus territórios; em seguida comparou-os com cartas aéreas da região (op. cit., vol. II, *Apêndices*, s/p). Ao realizar esse

29. Grupo do tronco Tupi, território entre Pará e Maranhão espalhado pela bacia do rio Gurupi (cf. Ribeiro, op.cit.).

30. Consultar o mapa de Darcy Ribeiro na p. 578.

31. Os Wari, também conhecidos como Pakaa Nova, são um povo da família linguística Txapakura, localizado no oeste do estado da Rondônia, Brasil (ibid.).

trabalho de transposição de dados notou que no “mapa wari” existia um número infinitamente maior de pequenos rios. Vilaça explica isso:

Talvez esses rios, por suas dimensões reduzidas, não tenham sido detectados na apreensão aérea, mesmo não se tratando de rios de curso intermitente (porque os Wari’ não localizavam suas roças na vizinhança de rios que secavam). Uma outra explicação possível pode estar relacionada à perspectiva pela qual os Wari’ vêem o espaço. O ponto de vista é sempre o de quem anda por dentro, pela floresta, e não o de uma pessoa que circula pelos cursos d’água. Como já disse, eles desconheciam a navegação fluvial. Isso poderia acarretar uma certa confusão sobre o local onde determinados rios deságuam, o que realmente aconteceu algumas vezes na confecção dos mapas (ibid., s/p.).

Com a finalidade de situar para o leitor os territórios dos diversos subgrupos num mapa com referência métrica, a antropóloga, com a ajuda de um desenhista, insere os dados do “mapa wari” em duas reduções (70%) das cartas aéreas do Ministério do Exército (escala 1:100.000). Vilaça avalia o resultado: “Foram muitos os ajustes necessários, e várias incompatibilidades entre os mapas são reveladoras do modo particular como os Wari’ concebem o espaço físico.” (vol. I, p. 57).

Ela relata as opções que tomaram, quanto a quais referências incluir (cidades, vias de transporte etc.) e quanto ao modo como colocaram os afluentes e as roças identificadas pelos Wari’. Chama atenção ainda para algumas características do mapa que “não correspondem à realidade”, como por exemplo, o fato de que como não dispunha de dados sobre todos os subgrupos, em certos locais do mapa ficaram alguns vazios, dando a impressão de não serem ocupados (ibid., s/p. e vol. I, p. 58). Explica além disso como solucionou a questão da dimensão temporal do mapa de modo a que o leitor pudesse “visualizar [...] os deslocamentos dos Wari’ do baixo curso dos rios principais para o alto curso, como consequência da perseguição dos Brancos” (vol. II, s/p.).

Para a autora o resultado não é um “mapa em sentido pleno; trata-se antes de um diagrama da localização das roças wari” (ibid.). Mas, a meu ver estamos diante de um mapa etnográfico, no sentido atribuído a esse termo por Orlove (cf. supra), acompanhado de um relato, raro na literatura antropológica, do seu processo de produção; temos também um documento que cumpre as condições colocadas por Dan Sperber, apresentar um comentário descritivo (cf. supra, pp. 7,8).

É ainda interessante registrar que quando esclarece a relação dos Wari’ com as roças (*xitot*), a autora introduz este exemplo de mapa mental que está de acordo com a definição de Gell (cf. supra):

Todas as *xitot* são nominadas, mesmo aquelas não ocupadas há uma ou duas gerações. Desse modo, os homens adultos, especialmente os mais velhos, guardam um mapa mental do território tradicional, formado a partir da localização de cada uma dessas *xitot* (vol. I, p. 50).

Finalizando, remeto os(as) leitores(as) ao interesse geral desse artigo, pois através dos temas levantados aqui e das referências aos estudos de Orlove, Ribeiro e Vilaça pretendi mostrar um campo teórico e metodológico que interessa não só aos docentes, mas também aos pesquisadores que se dedicam tanto aos estudos urbanos, quanto aos rurais e aos de etnologia indígena.

Referências bibliográficas

- BARTHES, R. *Elementos de Semiologia*. São Paulo, Cultrix, 1971(1964).
- BLADES, Mark & SPENCER, Christopher. “Correspondance: Maps and Wayfinding”, in *Man*, vol. 21(2), 1986, pp. 343-344.
- BERLIN, Brent & KAY, Paul. *Basic Color Terms: Their Universality and Evolution*. Berkeley, California, 1969.
- DESCOLA, Philippe. *La Nature Domestique: Symbolique et Praxis dans L’Écologie des Achuar*. Paris, Ed. de la Maison des Sciences de L’Homme, 1986.
- DOWNS, R. M. & STEA, D. *Maps in Minds. Reflections on Cognitive Mapping*. New York, Harper & Row Publishers, 1977.
- Encyclopedia Britannica do Brasil, Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo, Melhoramentos, 1975, p. 8.823.
- FRAKE, C. D. “Cognitive Maps of Time and Tide among Medieval Seafarers”, in *Man*, vol. 20 (2), junho 1985, pp. 254-270.
- GELL, Alfred. “How to Read a Map: Remarks on the Practical Logic of Navigation”, in *Man*, vol. 20 (2), junho 1985, pp.271-286.
- . “Correspondance: Maps and Wayfinding”, in *Man*, vol. 21 (2), 1986, pp. 344-346.
- GOODY, Jack. *Entre l’Oralité et l’Écriture*, Paris, PUF, 1994 (1993).
- LEACH, Edmund. *Cultura e Comunicação. A Lógica pela Qual os Símbolos Estão Ligados. Uma Introdução ao Uso da Análise Estruturalista em Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Prefácio", in R. Jakobson, *Seis Lições sobre o Som e o Sentido*. Lisboa, Moraes Ed., 1977 (1976).
- _____. *El Totemismo en la Actualidad*. México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1965 (1962).
- MOORE, Robin C. "Streets as Playgrounds", in Anne Vernez Moudon (eds.), *Public Streets for Public Use*. New York, Columbia University Press, 1991, pp. 45-62.
- MUNN, N. D. "The Spatial Presentation of Cosmic Order in Walbiri Iconography", in A. Forge (ed.), *Primitive Art & Society*, Londres, Oxford University Press, 1973, pp. 193-220.
- NIEMEYER, Ana Maria de. Exposição Iconográfica Itinerante: *Desenhos e Mapas na Orientação Espacial: Pesquisa e Ensino de Antropologia*. Projeto gráfico de João Baptista da Costa Aguiar; financiamento da FAEP/Unicamp (depositada no Arquivo Edgard Leurenroth/Unicamp), 1993.
- _____. "Desenhos e Mapas na Orientação Espacial: Pesquisa e Ensino de Antropologia", in *Textos Didáticos*. IFCH/Unicamp, n° 12, janeiro, 1994a.
- _____. "Maps: Teaching and Investigation in Symbolic Anthropology in the University". Trabalho arquivado com ilustrações coloridas em *Educating Cities International Bank*, 1994b.
- _____. "Um outro Retrato: Imagens de Imigrantes Favelados", in Bela Feldman-Bianco e Miriam Moreira Leite (orgs.), *Desafios da Imagem*. Campinas, Papiрус, 1998.
- ORLOVE, B. S. "Mapping Reeds and Reading Maps: the Politics of Representation in Lake Titicaca", in *American Ethnologist*, vol. 18, n° 1, fevereiro 1991, pp. 3-38.
- PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. Porto Alegre, Globo, 9ª ed., s/d., p. 63.
- RIBEIRO, Darcy. *Diários Índios. Os Urubus-Kaapor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SAHLINS, M. "Colors and Culture", in *Semiótica*, 16 (1), 1976, pp. 1-22.
- _____. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (1976)a.
- _____. *The Use and Abuse of Biology. An Anthropological Critique of Sociobiology*. The University of Michigan Press, 1979b.
- SILVA, Armando. *Imaginarios urbanos. Bogotá y Sao Paulo: Cultura y Comunicación Urbana en America Latina*. Bogotá, Tercer Mundo Editores, 1992.
- SPERBER, Dan. *Le Savoir des Anthropologues. Trois Essais*. Paris, Hermann, 1982.
- VIDAL, Lux & SILVA, Aracy Lopes da. "Antropologia Estética: Enfoques Teóricos e Contribuições Metodológicas", in L. Vidal (org.), *Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo, Nobel/Edusp, 1992, pp. 279-293.
- VILAÇA, Aparecida. *Quem Somos Nós. Questões da Alteridade no Encontro dos Wari' com os Brancos*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Museu Nacional. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, vols. I e II - Apêndices, 1996.